



Supremo Tribunal Federal STFD-gital

03/10/2024 19:09 0126956

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

ASSCRIM/PGR N. 1276826/2024

Petição n. 13.033 – Distrito Federal**Relator** : Ministro Alexandre de Moraes**Requerente** : Sob Sigilo**Requeridos** : Sob Sigilo

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

Em atenção ao despacho proferido em 30.9.2024 (fls. 524/543), segue a manifestação requerida.

A Polícia Federal representou pela expedição de mandados de busca e apreensão domiciliar e pessoal, no interesse das apurações em curso nos autos da Petição n. 12.042/DF, que investiga possível associação criminosa centralizada na figura do Deputado Federal Gustavo Gayer Machado de Araújo.

As apurações iniciaram-se no contexto dos atos antidemocráticos ocorridos no dia 8.1.2023, mais especificamente dos fatos narrados na Petição n. 11.562/DF, que ensejaram as medidas de busca e apreensão, quebra de sigilo telemático e prisão preventiva de João Paulo de Sousa Cavalcante, por incitação, financiamento e

GSJVM

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

participação da tomada dos prédios públicos na Praça dos Três Poderes.

Identificou-se que João Paulo de Sousa Cavalcante era político e empresário, responsável pela pessoa jurídica Goiás Online Comunicações e Marketing Publicitário Ltda. (CNPJ 49.947.878/0001-28), de nome fantasia Goiás Online, e apresentava-se nas redes sociais como amigo próximo do Deputado Federal Gustavo Gayer Machado de Araújo.

Em análise ao aparelho celular apreendido em poder de João Paulo, a Polícia Federal identificou elementos indicativos de possíveis desvios de recursos públicos por ele praticados em conluio com o Deputado Federal Gustavo Gayer Machado de Araújo, que teriam, em tese, contribuído para movimentar e direcionar os atos antidemocráticos.

Os fatos descobertos justificaram a instauração da PET n. 12.042/DF, onde foi concedida a necessária autorização para a investigação do Deputado Federal – detentor de foro por prerrogativa de função.

As apurações realizadas permitiram a consolidação de quatro hipóteses criminais, que são agora apresentadas pela Polícia Federal, a fim de justificar a decretação de novas medidas cautelares de natureza instrutória:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

- 1- Peculato-desvio na contratação do assessor João Paulo de Sousa Cavalcante (art. 312, §1º, do Código Penal);
- 2- Uso de verba pública para remuneração de empresa particular (art. 312, §1º, do Código Penal);
- 3- Aquisição de OSCIP mediante falsificação documento particular (art. 298 do Código Penal);
- 4- Associação criminosa (art. 288 do Código Penal).

Quanto à primeira hipótese criminal, a Autoridade Policial menciona a existência de indícios, reunidos na IPJ n. 289/2023, de que Gustavo Gayer Machado de Araújo tentou inserir João Paulo de Sousa Cavalcante na função de secretário parlamentar, o que não se concretizou devido a impedimentos legais – inelegibilidade do pretense secretário. Para contornar tal impedimento e garantir sua remuneração de forma velada, João Paulo teria constituído a empresa Goiás Online, a fim de que esta pudesse ser contratada pelo gabinete do Deputado Federal Gustavo Gayer Machado de Araújo.

A Polícia Federal aponta que as atividades desempenhadas pela Goiás Online, sob a fachada de serviços de publicidade e marketing, consistiam, na realidade, em assessoria parlamentar, o que teria sido evidenciado pelo gerenciamento da agenda do Deputado Federal por João Paulo de Sousa Cavalcante. Tal fato contrariaria os

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

termos das Notas Fiscais emitidas pela empresa Goiás Online e indicaria que os serviços prestados não correspondiam ao declarado oficialmente. Segundo o portal de transparência da Câmara dos Deputados, João Paulo de Sousa Cavalcante teria recebido um total de vinte e quatro mil reais, em três parcelas, por meio de sua empresa Goiás Online, em desacordo com as funções contratadas.

No tocante à segunda hipótese criminal, a representação policial, ainda em referência à IPJ n. 289/2023, apresenta indícios de que a empresa denominada “Loja Desfazueli” teria sido criada pelo Deputado Federal Gustavo Gayer Machado de Araújo e que este empregaria seus secretários parlamentares, remunerados com recursos públicos, para o desempenho das demandas da loja.

A Loja Desfazueli (CNPJ 49.602.710/0001-80) foi registrada em nome de Gabriel Sander Araújo Gayer (CPF 703.412.521-07), filho do parlamentar federal representado, em 14.2.2023, tendo como atividade principal o comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios. O endereço residencial de João Paulo de Sousa Cavalcante constou do registro como local de funcionamento da empresa.

Além de sugerir que a Loja Desfazueli operou, de fato, sob a gestão de Gustavo Gayer Machado de Araújo, que empregava secretários parlamentares remunerados com recursos públicos para atender as demandas da loja, a autoridade policial também aponta que o espaço locado para o Gabinete Parlamentar do Deputado Federal

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

Gustavo Gayer Machado de Araújo, supostamente custeado com cota parlamentar, seria utilizado simultaneamente para as operações da escola de inglês Gustavo Gayer Language Institute e para as atividades da Loja Desfazueli, o que poderia configurar, em tese, o uso inapropriado de recursos públicos destinados ao funcionamento do gabinete político.

A seguinte mensagem, enviada por João Paulo de Souza Cavalcante a Marco Aurelio Alves Nascimento (secretário parlamentar de Gustavo Gayer), reforça a hipótese investigativa:

“E eu fico preocupado porque eu já falei pro GUSTAVO um dia eu chamei atenção sobre a questão da escola lá por exemplo a escola de inglês num é mais escola de inglês, mas fica tendo aula sabe... descobri lá um dia eu nem sabia aí a LETICIA falou lá que tá tendo aula na terça e na quinta presencial entendeu? **Ou seja a escola tá sendo paga com recurso público e tá sendo usada pra um fim totalmente que tipo num existe né num tem como ser assim e aí eles vão levando ou seja ainda não entenderam a gravidade sabe...** moço pra esse povo já ter alguém ali na porta fiscalizando... filmando... vai ser igual o caso aquela mulher do popular né na assembleia... senhora, senhora, senhora num tem jeito vei o povo vai pra cima mesmo... **o GUSTAVO hoje ele é uma vidraça ele é um alvo e se for pra cima moço infelizmente a gente tá tipo errando né nesse sentido a gente tá pregando uma coisa e tá vivendo outra... infelizmente a gente tem muitas coisas erradas acontecendo aí(...)**”.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

A análise do aparelho celular apreendido em poder de João Paulo de Sousa Cavalcante ainda revelou que ele participava do grupo de mensagens na plataforma *Whatsapp* de nome "DESFAZUELI", criado por Gustavo Gayer Machado de Araújo em 8.6.2022, do qual Gabriel Gayer, suposto proprietário da empresa, sequer fazia parte. As mensagens trocadas pelos integrantes do grupo permitiu a identificação de que o *chat* tinha como finalidade a troca de informações para a criação e gestão da loja.

Além disso, a Informação de Polícia Judiciária n. 289/2023 aponta a existência de mensagens do interlocutor denominado "LOJA DESFAZUELI" datadas de 8.12.2022 e 20.12.2022, mobilizando pessoas para manifestações de cunho político a ocorrer em Brasília.

Em relação à terceira hipótese criminal, materializada a partir das IIPJ n. 119/2024, 121/2024, 191/2024, 193/2024, 208/2024 e 216/2024, a representação policial apresenta indícios de que Gustavo Gayer, por meio de João Paulo de Sousa Cavalcante e de Joselene Maria Sérgio Bastos, assistente social, adquiriu de Vanderly Araujo de Carvalho uma pessoa jurídica desativada, denominada "Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental" (CNPJ 03.578.486/0001- 38), com nome fantasia ASCOMPECO, pelo valor de R\$ 6.000,00, pagos diretamente por Gustavo Gayer.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

Os elementos colhidos sugerem que os representados pretendiam qualificar a associação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para o recebimento de verbas públicas por emendas parlamentares. Para tanto, teriam realizado simulações contratuais, a fim de incorporar uma entidade que satisfizesse o aspecto temporal (mais de 10 anos de existência) e possuísse as devidas certificações perante o poder público.

Até o momento, foram encontradas evidências de, ao menos, dois atos diferentes de falsificação de documento particular, relativos a duas atas de reuniões da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental – ASCOMPECO, CNPJ 03.578.486/0001-38.

A primeira ata foi entregue por Marta Maria Gomes de Carvalho ao Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Cidade Ocidental, em 17 de maio de 2023, e tinha o objetivo de registrar as seguintes deliberações: eleição da diretoria, mudança de endereço da sede, reforma do Estatuto Social, alteração da razão social e do nome fantasia para Instituto de Desenvolvimento & Investimento Socioeducacional (IDISE).

O documento, contudo, apresentava uma série de inconsistências indicativas do crime de falsidade ideológica. De acordo com a ata, a Assembleia Geral Ordinária teria ocorrido em 30 de

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

outubro de 2003, mas o pedido de registro somente foi efetuado no Cartório de Cidade Ocidental vinte anos depois, em 17 de maio de 2023.

Além disso, tomando por base a suposta data de lavratura da ata (30 de outubro de 2003), novas incongruências foram identificadas na composição da diretoria da associação. DENIS MARQUES SOARES, presidente, nascido em 1º/09/1995, teria apenas 8 anos de idade à época da assembleia; RENAN DOS SANTOS GAMA, tesoureiro, nascido em 30 de agosto de 1997, teria 6 anos; STÉPHANY CRISTINA AGUIAR SILVA, secretária, nascida em 23 de fevereiro de 2002, teria 1 ano e com esta idade seria a responsável pela lavratura do ato; TÁCILO CAIKY ALVES PEREIRA, vice-presidente, nascido em 23 de abril de 1994, teria 9 anos à época dos eventos relatados.

O registro não chegou a ser efetivado pelo cartório, conforme a nota devolutiva n. 3271: *“A Associação denominada ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS DE CIDADE OCIDENTAL – ASCOMPECO, fundada em 30 de outubro de 1999, tinha prazo de duração de 4 anos, conforme estabelecido em seu Estatuto, artigo 1º, razão pela qual se considera extinta, devido à conclusão de seu período de duração”*.

Em novo requerimento de registro, desta vez realizado perante o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos de Luziânia/GO, também foram encontrados indícios de

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

falsificação documental, conforme a Informação de Polícia Judiciária nº 208/2024.

Apurou-se que, no dia 25 de setembro de 2023, foi apresentado perante o Cartório de Luziânia um requerimento de registro da pessoa jurídica Instituto de Desenvolvimento & Investimento Socioeducacional – IDISE, assinado por Lincoln Maciel Barros.

Novamente, o pedido foi instruído com uma Ata da Assembleia Geral Ordinária do Instituto, que tinha por objetivo registrar a eleição da nova diretoria, a mudança de endereço da sede, a alteração da razão social e nome fantasia, e a reforma do Estatuto Social. O documento em questão era datado de 30.10.2019, mas o pedido de registro, como visto, somente foi feito quase quatro anos depois, em 25.9.2023.

Além disso, observou-se que, embora a assembleia tenha supostamente ocorrido em 30.10.2019, a ata foi assinada digitalmente em datas distintas pelos novos integrantes da diretoria, quase quatro anos depois dos eventos: Lincoln Maciel Barros (presidente) assinou em 11.9.2023, Miogre Tavares Coronheiro (vice-presidente) em 12.9.2023, Sueli Edna Maciel (secretária), em 16.9.2023, e Priscilla Andrade Morales (tesoureira) em 12.9.2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

O documento ainda continha a assinatura digital de Vilma Maria de Lima, datada de 14.9.2023, apesar de seu nome não constar da ata ou de qualquer outro documento do Instituto, sugerindo uma possível assinatura acidental.

A autoridade policial ainda observou que os dois requerimentos de registro encontrados, embora apresentem divergências quanto aos nomes escolhidos para a diretoria, apresentam similaridades quanto à tipologia textual, à fonte utilizada e ao conteúdo do texto, o que indicaria que os documentos foram possivelmente elaborados pela mesma pessoa.

Ainda não restou esclarecido se o grupo criminoso atingiu o escopo pretendido de qualificar a associação como OSCIP e se recebeu recursos públicos por meio da associação adquirida, o que, na visão da autoridade policial, será melhor delimitado quando autorizadas as diligências pleiteadas nesta representação.

Os diálogos entre João Paulo de Sousa Cavalcante e Joselene Maria Sérgia Bastos, apresentados na representação policial, reforçam o aparente escopo do grupo de adquirir uma associação para o recebimento de verbas públicas:

Joselene: “João, então, assim, a gente pode fazer dois planos. A gente pode fazer um emergencial que é já, atender essas demandas que vocês estão recebendo para não deixar passar, e podemos dar andamento na associação. Por quê? **A associação para**

mim é primordial, porque ela vai ser independente e ela vai ser autônoma. Ela vai poder receber recursos de vocês e a gente fazer um trabalho. Então, a gente não tem que procurar se desligar o máximo do Gustavo na questão de gabinete, fazer uma coisa, vamos dizer assim, independente, pra que a gente tenha a legalidade de receber recursos para manter as instituições, entendeu? Aí o que a gente pode fazer é parcerias, né? A gente faz parcerias para buscar ali um apoio de advogados, né? De pedagoga, contador. Aí, se a gente já precisar para associação. Mas essa ideia do CNPJ da minha colega é para associação mesmo, é para criar essa associação para que ela seja autônoma, independente, tenha recurso próprio, cuide das instituições. E essas demandas que chegam na associação da instituição, a maioria das demandas é o que? Emenda parlamentar, utilidade pública, entendeu? Então, tudo vai ser reportado aos gabinetes via associação. Então, a associação que vai estar encaminhando essas famílias e as demandas delas para os gabinetes, tanto estadual como federal. Hoje em dia, com o marco regulatório, não existe mais utilidade pública federal, nós temos que buscar os CEBAS. O que o deputado federal pode fazer? Várias coisas, principalmente a emenda parlamentar, que é o que vai ligar o deputado... Aqui, para você ter noção, tem deputado aqui que tem mais de vinte instituições ligadas a ele, porque ele é fiel as instituições. Eles dão, ele dá demanda, faz ali curso, faz, né? E uma das coisas que eu, se você puder saber para amanhã, que é muito importante, que eu vou levar também aqui, o que que a gente pode estar ajudando além só disso, né? Mas uma das coisas importantes que eu falei para o Fred, é identificar quem que ficou na frente parlamentar da Assembleia. Por quê? Porque o deputado que estava, ele saiu pro Geórgia entrar, que é o antigo prefeito de Trindade, o Geórgia virou deputado. E esse rapaz saiu. Então, ele era o autor e ele que fez a frente parlamentar,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

alguém ficou na frente parlamentar com algum deputado. Porque nós temos essa frente parlamentar, que a gente faz reuniões no Estado, todo dia com as entidades. É muito bom trabalho. E eu falei para os meninos, ver se ficou alguém, se não ficou, pegar essa frente, porque é um trabalho muito bom. Então, assim, eu vou falar em termo de estado e não de governo, o que que a gente pode estar ajudando nas instituições, tá bom? 14 horas eu estou aí. Um abraço”.

Em resposta, João Paulo informa que o Deputado Federal Gustavo Gayer demonstrou interesse e apoio integral ao projeto, autorizando o prosseguimento das atividades:

João Paulo: “ô Joselene, tudo bem? Como é que tá? Boa tarde, boa tarde, boa noite. To doido. **Amiga, a impressão que ficou e que o Gustavo teve foi excelente, inclusive ele citou a nossa reunião que a gente teve anteriormente na reunião de hoje, né? O quão importante foi essa reunião, né? O Gustavo demonstrou total interesse em ajudar, ele é aquele cara assim, quer fazer, né? Pra entregar o negócio pra ele já andando, então assim, como ele já autorizou, né, vamos botar pra andar agora esse negócio, entendeu?** Em relação ao PL, você pode ficar tranquila, tá? É bem provável que segunda-feira o Gustavo vai despachar com a senadora aí sobre esse negócio do diretório do PL. E você tá na minha lista aqui, pra gente tentar, se tiver alguma indicação lá, a gente poder ajudar de alguma forma, o seu nome tá aqui, tá bom?”

Os diálogos acima transcritos também sinalizam o possível plano do grupo de forjar o caráter independente da associação adquirida, quando, em verdade, ela estaria diretamente vinculada aos

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

comandos do gabinete do Deputado Federal Gustavo Gayer. No ponto, a representação policial enfatiza que, embora registrada em nome de terceiros, os pagamentos para a aquisição da associação, consistindo em dois depósitos de R\$ 3.000,00, foram realizados diretamente da conta do Deputado Federal, conforme comprovantes de pagamento obtidos pelas investigações.

Os diálogos encontrados pela Polícia Federal revelaram, igualmente, que Gustavo Gayer recebeu cópia do requerimento de alteração do estatuto da associação (com indícios de falsidade) e os nomes indicados para a nova composição, o que indicaria seu envolvimento e controle direto sobre a associação.

O vínculo estável e permanente entre os investigados na prática das supostas infrações penais acima descritas ensejou a formulação da quarta hipótese criminal pela Polícia Federal, no sentido de que se estaria diante de verdadeira associação criminosa centralizada na figura do Deputado Federal Gustavo Gayer.

Na visão da Polícia Federal, os elementos colhidos até o momento indicariam a formação de dois núcleos dentro da associação criminosa – um núcleo operante no interior do gabinete do Deputado, envolvendo assessores e outras pessoas próximas ao parlamentar, e outro ligado ao contador do grupo, engajado na operacionalização de associações de fachada ou “laranjas”.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

Diante das evidências apresentadas, a Polícia Federal representou pela realização de busca e apreensão pessoal e domiciliar em face dos possíveis integrantes do grupo criminoso, cujas condutas podem ser assim individualizadas:

1- Lincoln Maciel Barros – Foi o responsável por protocolar o requerimento de registro da IDISE perante o Cartório de Luziânia. Além disso, seu nome constou da ata protocolada como novo presidente da associação. As investigações também revelaram que Lincoln é amigo de Gustavo Gayer e, frequentemente, realiza postagens com a presença do parlamentar.

2- Antônio Carlos Gomes da Silva – contador responsável por conduzir todo o trâmite de regularização da Associação Comercial das Micros e Pequenas Empresas de Cidade Ocidental – ASCOMPECO, conforme a IPJ n. 121/2024. Os documentos apresentados em cartório, como visto acima, apresentavam diversas inconsistências indicativas de crimes de falso.

3- Sueli Edna Maciel – mãe de Lincoln Barros Maciel. Seu nome constou da ata protocolada perante o Cartório de Luziânia como integrante da nova diretoria da IDISE.

4- **Joselene Maria Sergia Bastos** – As IIPJ n. 121/2024 e 193/2024 concluíram que investigada, que exerce a função de assistente social, colaborou com assessores indicados pelo Deputado Gustavo Gayer para a aquisição de uma associação que já possuísse um CNPJ preexistente, visando ao recebimento de recursos públicos. Além disso, foram encontradas evidências de que Joselene teria produzido os documentos enviados aos cartórios, bem como de que ela esteve presente em um evento público, representando o nome da associação, o que parece sugerir que os investigados iniciaram as operações da associação privada, a fim de captar recursos.

5- **Miogre Tavares Coronheiro** – seu nome constou da ata protocolada perante o Cartório de Luziânia como novo vice-presidente da IDISE. Apurou-se que Miogre é amigo de Lincoln e apoiador de Gustavo Gayer.

6- **Priscilla Andrade Morales** – casada com Miogre Tavares Coronheiro. Seu nome constou da ata protocolada perante o Cartório de Luziânia como integrante da nova diretoria da IDISE.

7- **Marta Maria Gomes de Carvalho** – filha de Antonio Carlos Gomes da Silva, contador responsável pela documentação da ASCOMPECO. Foi ela a responsável pelo

protocolo do pedido de registro de ata pela associação, em 17 de maio de 2023, no Cartório de Cidade Ocidental. Na ocasião, Marta forneceu seu número de telefone e o e-mail de seu pai como contatos ao Cartório.

A ata entregue por Marta ao Cartório, como mencionado acima, apresentava diversas inconsistências, indicativas do crime de falsidade ideológica.

8- Vanderly Araujo de Carvalho – apurou-se que a investigada efetuou a venda do CNPJ da associação privada previamente existente para Gustavo Gayer, conforme comprovantes constantes da IPJ 289/2023. Além disso, foi identificada assinatura de Vanderly nos documentos da IDISE que foram enviados para registro em cartório.

9- Bruno Amaral Machado – secretário parlamentar do Deputado Federal Gustavo Gayer. Os elementos colhidos indicam que Bruno desempenhava responsabilidades significativas relacionadas à pessoa jurídica DESFAZUELI e teria sido ele quem alertou o grupo criminoso sobre a necessidade de registrar a loja em nome de pessoa desvinculada do gabinete.

As investigações ainda revelaram que Bruno fazia parte de um grupo de *WhatsApp* denominado “Lideranças da direita”. Embora o investigado não tenha enviado mensagens

no grupo, foram encontrados diálogos sobre possíveis reações populares após o desfecho das eleições.

10- Gustavo Gayer Machado de Araújo – Deputado Federal, indicado como expoente da associação criminosa investigada e autor intelectual dos possíveis crimes acima descritos, responsável por direcionar e autorizar as atividades dos demais integrantes do grupo.

11- Vilma Maria de Lima – sua assinatura constou da ata protocolada perante o Cartório de Luziânia, apesar de seu nome não constar no corpo da ata ou de qualquer outro documento do Instituto, sugerindo uma possível assinatura acidental.

12- Denis Marques Soares Barbosa – De acordo com a IPJ 289/2023, João Paulo solicitou a Denis, seu amigo, que fornecesse seu nome para ser inserido como Presidente da ASCOMPECO. Apurou-se que, de fato, o nome de Denis constou da ata protocolada no Cartório da Comarca de Cidade Ocidental como novo presidente da associação (IPJ n. 29/2023).

13- Tácilo Caiky Alves Pereira – seu nome constou da ata protocolada perante o Cartório de Cidade Ocidental como integrante da nova diretoria da IDISE.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

14- Renan dos Santos Gama – seu nome constou da ata protocolada perante o Cartório de Cidade Ocidental como integrante da nova diretoria da IDISE.

15- Stephany Cristina Aguiar Silva – seu nome constou da ata protocolada perante o Cartório de Cidade Ocidental como integrante da nova diretoria da IDISE.

16- Joelson Pereira Martins – secretário parlamentar do Deputado Gustavo Gayer. Há indícios de que o investigado recebia remuneração por seu serviço como secretário, por meio de recursos públicos, ao mesmo tempo em que desempenhava funções relacionadas à loja DESFAZUELL. Além disso, o nome de sua esposa, Stephany Cristina Aguiar Silva, constou da ata protocolada no Cartório da Comarca de Cidade Ocidental como integrante da nova diretoria (IPJ n. 29/2023).

17- Marlon Wanderson Lima Barbosa – segundo a IPJ 121/2024, o investigado foi indicado por Gustavo Gayer para assumir a presidência da IDISE. Essa indicação ocorreu após o afastamento de João Paulo das tratativas relacionadas à associação. A IPJ n. 184/2024 evidenciou a proximidade de Marlon com Gustavo Gayer, Joselene Bastos e João Paulo, exibindo uma imagem fotográfica do grupo reunido. Apurou-se que o endereço residencial de Marlon foi utilizado

como endereço provisório da IDISE nos documentos enviados ao cartório.

18- Stefani Mauricio Vieira Branco – é atualmente assessor parlamentar do Deputado Federal Gustavo Gayer. Apurou-se que Stefani teria assumido as responsabilidades anteriormente atribuídas a João Paulo de Sousa Cavalcante, referentes à criação da associação privada denominada IDISE, em colaboração com Joselene Maria Sergia Bastos. De acordo com a IPJ n. 121/2024, Stefani chegou a sugerir que sua esposa, Flavia Sousa de Albuquerque, ocupasse o cargo de presidente da associação e que o nome de seu irmão fosse incluído na diretoria da entidade.

Em relação à **Antonia Aparecida de Sousa Albuquerque**, inicialmente indicada como alvo na representação, a Polícia Federal encaminhou o Ofício n. 4089661/2024 – CINQ/CGRC/DICOR/PF (anexo), solicitando a sua exclusão do rol de representados, em virtude da ausência de vínculos com a presente investigação.

- II -

A inviolabilidade domiciliar expressa uma garantia constitucional que protege direitos fundamentais de expressiva relevância para a proteção da personalidade. Não se reveste, contudo, de caráter absoluto e pode ser excepcionada, especialmente quando

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

apresentados indícios de que, no domicílio de suspeito, encontram-se elementos relacionados com crimes – a chamada *justa causa*. Daí o art. 240, § 1º, do Código de Processo Penal definir a medida cautelar de busca e apreensão como providência legítima, quando visa a apreender instrumentos utilizados na prática de crime ou destinados a fim delituoso, descobrir objetos necessários à prova de infração e colher quaisquer elementos de convicção que se mostrarem relevantes.

A representação estabelece um quadro fático-probatório indicativo da necessidade e pertinência de medidas de busca e apreensão pessoal e domiciliar. Descrevem-se fortes indícios dos crimes previstos nos arts. 312, §1º (peculato-desvio), 299 (falsidade ideológica) e 288 (associação criminosa), todos do Código Penal.

O pedido da autoridade policial convence da imprescindibilidade da providência, em prol do avanço das investigações, que podem se beneficiar do achado de documentos, anotações, registros, mídias, aparelhos eletrônicos e demais dispositivos de armazenamento de dados reveladores de circunstâncias delituosas, da eventual participação de outros agentes, propiciando uma mais completa compreensão de condutas relevantes. As buscas em face dos possíveis integrantes da pessoa jurídica adquirida pelo grupo criminoso pode ajudar a esclarecer se esta se encontra em funcionamento e eventualmente recebendo recursos públicos.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

Há necessidade, ainda, de que seja concedida à Autoridade Policial autorização para acessar equipamentos e dispositivos eletrônicos eventualmente apreendidos no cumprimento das medidas requeridas, inclusive eventuais dispositivos funcionais.

É importante, por outro lado, que as buscas sejam autorizadas exclusivamente nos endereços de natureza residencial indicados na representação policial, considerando a existência de alvos que exercem atividades profissionais nas dependências do Congresso Nacional. A mesma restrição deve ser estendida aos endereços ainda pendentes de diligência, relativos a Marlon Wanderson Lima Barbosa, Vanderly Araújo de Carvalho e, especialmente, a Bruno Amaral Machado, que atua como secretário parlamentar.

A busca e apreensão em ambiente parlamentar federal importa significativa interferência de um Poder sobre a sede de outro Poder, tensionando o equilíbrio desejado entre eles. A interferência física sobre repartições do Congresso Nacional exige robustez de maior magnitude na descrição de fatos que convençam da sobrelevada relevância da medida para os fins da investigação, de sorte a que se distinga, com nitidez, o seu caráter indispensável. Não vejo nos autos, ao menos neste estágio das investigações, fatos expostos que atendam ao rigor com que a postulação da providência deve ser sopesada.

*

Documento assinado via Token digitalmente por PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, em 03/10/2024 18:47. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.br/validacaodocumento>. Chave de83e709.aeada29.d85350f2.22430071

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PET. N. 13.033

A manifestação, assim, é pelo acolhimento da representação deduzida pela digna Autoridade Policial, com exceção da possível busca nas dependências do Congresso Nacional.

Em relação a Antonia Aparecida de Sousa Albuquerque, a Procuradoria-Geral concorda com a sua exclusão do rol de representados, nos moldes requeridos pela Autoridade Policial, dada a ausência de vínculos com a presente investigação

Brasília, 3 de outubro de 2024.

Paulo Gonet Branco
Procurador-Geral da República

920940490